



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2022.0000446121

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2064643-64.2022.8.26.0000, da Comarca de Ibaté, em que são impetrantes LUÍS FERNANDO MARTINELLI SANTOS, CELINA FRIAS DE OLIVEIRA SCHUTT, ESTHER SIMON SEROUSSI SOUCCAR, YASMIN DA COSTA SANTOS, LUANA MONTEIRO e MARIANA D BORGES e Paciente LETICIA CARVALHO DOS SANTOS.

ACORDAM, em 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Denegaram a ordem impetrada V.U", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores NUEVO CAMPOS (Presidente) E FÁBIO GOUVÊA.

São Paulo, 9 de junho de 2022.

JUCIMARA ESTHER DE LIMA BUENO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Habeas corpus nº: 2064643-64.2022.8.26.0000

Impetrantes: Luís Fernando Martinelli, Celina Frias de Oliveira Schutt e Esther Simon Seroussi Souccar

Paciente: Leticia Carvalho dos Santos

Juízo de origem: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibaté

Voto nº 775

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. Sentença condenatória – Prisão em flagrante convertida em preventiva. Negativa do direito de apelar em liberdade - Alegação de inexistência dos requisitos legitimadores da prisão cautelar, bem como da necessidade da prisão domiciliar, em razão de a paciente possuir filho menor de 12 (doze) anos de idade. Impossibilidade. Paciente que permaneceu presa durante todo o processo. Recurso de apelação que aguarda julgamento. Ausência de comprovação de ser totalmente indispensável aos cuidados da criança. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado pelo advogado, Dr. Luís Fernando Martinelli Santos e outros, em favor de LETICIA CARVALHO DOS SANTOS, sob a alegação de que padece de ilegal constrangimento por parte do MM. Juiz da Vara Única da comarca de Ibaté, que indeferiu seu pedido de liberdade provisória no processo nº 1500076-95.2021.8.26.0233 (fls. 35/36).

Sustenta, o impetrante, em apertada síntese, a ilegalidade da prisão, em razão de a paciente ser mãe de uma criança de 06 (seis) anos de idade e pelo fato de o delito não ter sido cometido com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

violência ou grave ameaça, nos termos do habeas corpus coletivo nº 165.704/SP.

Requer, desse modo, liminarmente, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar e, no mérito, a confirmação da ordem (fls. 01/29).

Indeferida a liminar e dispensadas as informações (fls. 58/60), a D. Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 64/69).

É o relatório.

A ordem deve ser denegada.

Conforme constou do r. despacho de fls. 58/60, a paciente foi presa em flagrante na data de 23/02/2021, pela suposta prática do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, por transportar 02 (dois) “tijolos” de “crack” (massa líquida 1,94 quilogramas), além de 02 (duas) porções a granel de cocaína (massa líquida 1,278 quilogramas).

Na data de 24/02/2021, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, pelo Juízo *a quo* (fls. 31/34).

Posteriormente, em 13/04/2021, foi indeferido o pedido de liberdade provisória, por subsistirem os requisitos da preventiva (fls. 35/37).

Após regular instrução processual, na data de 23/08/2021, sobreveio sentença condenatória, impondo à paciente à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, no piso,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

por incurso no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 284/286 - origem).

Contra tal decisão houve interposição de recurso de apelação pela paciente, o qual aguarda apresentação de contrarrazões pela acusação, para remessa a esta Corte.

A manutenção da prisão preventiva da paciente, na sentença condenatória, foi justificada por remanescerem os motivos ensejadores da prisão cautelar, reforçada pelo decreto condenatório (fls. 286 – origem).

De fato, tendo a paciente permanecido presa durante toda a instrução criminal, a manutenção da custódia cautelar é consequência lógica, nos termos do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Impossível, portanto, considerar sem fundamentação a decisão que manteve a sua segregação cautelar, ou considerar que estejam ausentes os pressupostos e fundamentos para a prisão preventiva, após a condenação em primeiro grau.

Ressalto que a paciente não demonstrou ser totalmente indispensável aos cuidados de seu filho, nos termos do artigo 318, V, do Código de Processo Penal, até mesmo pelo fato de encontrar-se custodiada há mais de um ano.

Sobre o tema, assim decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

“AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. FILHOS MENORES. RESPONSABILIDADE DA GENITORA. AUSÊNCIA DE PROVAS. APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS. TRÁFICO REALIZADO NA RESIDENCIA. DEDICAÇÃO A ATIVIDADE DELITUOSA. COVID-19. RECOMENDAÇÃO CNJ N. 62/2020. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]

2. Indefere-se o pleito de prisão domiciliar à mãe de filhos menores de 12 anos quando não apresentada prova de que dependem exclusivamente dos cuidados dela e quando as instâncias ordinárias concluírem pela dedicação da custodiada ao tráfico de entorpecentes diante da apreensão de expressiva quantidade de drogas aliado ao fato de o tráfico ser realizado na mesma residência dos filhos menores. [...].”

(STJ. AgRg no HC 633.474/SP, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quinta Turma, j. 06/04/2021, DJe 09/04/2021) - grifo nosso).

Portanto, consideradas as peculiaridades anteriormente destacadas, entendo que nos estritos limites do *habeas corpus*, por ora, a manutenção da custódia cautelar encontra-se justificada, não se mostrando suficientes as medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal ou mesmo a prisão domiciliar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ex positis, pelo meu voto, **denego** a ordem impetrada.

JUCIMARA ESTHER DE LIMA BUENO

Relatora